

“Burguês” é

interrogado

Da Sucursal de
RIO

Em sessão que começou às 13 horas, foi interrogado, ontem, pelo Conselho Permanente de Justiça da 1.ª Auditoria da Marinha, o ex-bancário Jorge Medeiros do Vale, conhecido como o “Bom Burguês”, um dos principais indiciados no movimento subversivo denominado MR-8 e também autor de um desfalque de oito milhões de cruzeiros da agência Leblon, do Banco do Brasil, onde desempenhava a função de subgerente.

Respondendo às perguntas do juiz José Vitor Marques, contestou a denúncia dizendo que não cometeu nenhuma infração nos termos mencionados. Adiantou não haver nenhuma pessoa ofendida com relação aos fatos.

DEPOIMENTOS ANTERIORES

Com relação às testemunhas, disse conhecer duas delas — seu colega do banco, Alberto Gonçalves Tavares, e um amigo de nome Francisco Borges de Souza Dantas — e que nada tinha a alegar contra ambos.

Como o acusado dizia não se lembrar dos termos dos depoimentos prestados na fase inicial do inquerito, o juiz determinou que fossem lidos para que deles tomasse conhecimento. Após a leitura, disse Medeiros que os quatro depoimentos não exprimem a verdade em sua totalidade, “uma vez que esses depoimentos foram tomados em ambiente de maus tratos, violências e torturas”.

Entre os maus tratos que disse ter sofrido, mencionou choques elétricos e pancadas. Disse que desconhece a existência de objetos apreendidos na fase do inquerito policial-militar e relacionados na acusação. Acrescentou que admitia, como verdadeiras, em parte, as acusações que lhe eram feitas.

DESFALQUE

Com relação ao desvio do dinheiro do Banco do Brasil, reconhece a sua responsabilidade e autoria, não podendo, entretanto, precisar o montante, que segundo a denúncia é de oito milhões de cruzeiros. Disse que, ao desviar aquela importância, sabia que ela se destinava ao financiamento de uma ação armada para a retomada do poder, pois estava no firme propósito de financiar qualquer movimento que visasse aquele objetivo. Disse que as demais imputações não são verdadeiras, a não ser a de aquisição de armas do tenente Waldir Castro Morizoli. Tais armas eram obsoletas para uso de guerra, e que as adquiriria por ser uma de suas manias colecionar armas, muitas compradas através de anúncios em jornais. Afirmou ignorar a que devia atribuir as acusações à sua pessoa, relacionadas com possíveis contatos com embaixadores e embaixadas no Brasil e no exterior, e relacionou as imputações de suas ligações com organismos internacionais com o interesse de provocar atrito e animosidade entre o governo brasileiro e o francês.

Reportando-se ao dinheiro desviado do Banco do Brasil, esclareceu que praticou aquele desfalque conscientemente e pelos seguintes motivos: estava disposto a financiar toda e qualquer organização que se propusesse a contestar violentamente “o governo ou os governos estabelecidos pela violência a partir de 31 de março de 1964, e que pela violência se têm mantido”; que desejava contestar a ditadura de classe que existe no Brasil, haja vista os acontecimentos de setembro e outubro de 1969, quando no impedimento do presidente da República não foi permitido ao seu substituto legal tomar posse, sendo nomeado um triunvirato militar, que determinou uma eleição oficiosa, conforme se vê nos jornais da época.